

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Orçamento,  
Finanças e Modernização Administrativa

Deputada Teresa Leal Coelho

S. Bento, 08 de março de 2016

**Assunto:** Audição, com caráter de urgência, do Ministro das Finanças Mário Centeno e do Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, acerca do processo de alienação do Novo Banco.

A venda no Novo Banco tem-se revelado polémica na sociedade portuguesa que tem assistido, com desagrado, à recapitalização pública de instituições bancárias e à sua posterior alienação a capitais privados, sobretudo estrangeiros. A recente experiência do Banif contribuiu para despertar a consciência para a sucessiva perda de controlo estratégico sobre o nosso sistema bancário, que continua muito longe de constituir um agente ativo de estabilização e dinamização da economia nacional.

É pelos motivos acima descritos que cada vez mais vozes se têm levantado em defesa da manutenção Novo Banco na esfera pública, posição que o Bloco de Esquerda há muito defende. Uma estratégia que, ao contrário da venda forçada, defenderia os interesses do país e não o plano de centralização e concentração do sistema bancário europeu promovido pelo BCE e pela Comissão Europeia.

Independente da controvérsia da operação, surgiram recentemente notícias que avançam o modelo escolhido para a venda do Novo Banco. Segundo o publicado, o Banco de Portugal fará ainda este mês um *road show*, para apresentar a investidores a operação,

que pode ser feita através de venda direta ou dispersão em bolsa. Para tal, terá sido contratado desde já o Deutsche Bank. O responsável pela operação no Banco de Portugal será Sérgio Monteiro, quadro da Caixa Geral de Depósitos, e anterior Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. Para além do elevado vencimento que auferire - cujo valor ainda não foi satisfatoriamente justificado -, e dos potenciais conflitos de interesses - uma vez que pertence aos quadros de direção do Caixa BI - Sérgio Monteiro já deu provas de desvalorizar o interesse público nas operações de privatização que desenhou no passado. Veja-se, a esse respeito, os processos da ANA, da TAP e dos transportes coletivos de Lisboa e Porto, chumbados pelo Tribunal de Contas.

Quanto ao método escolhido, há também dúvidas, críticas e riscos. A dispersão do capital do Novo Banco em bolsa impede qualquer tipo de controlo sobre os futuros acionistas do banco. Quer seja total (free float) ou parcial, os investidores que procuram este tipo de operações são fundos de investimento internacionais em busca de um ativo com elevado potencial de rentabilidade e valorização, e não de um projeto estratégico de longo prazo. A dispersão do capital em bolsa acrescentará instabilidade à instituição financeira.

Finalmente, a imprensa dá ainda conta da criação de um *side bank*, no âmbito do plano de reestruturação do Novo Banco, onde ficarão 17 mil milhões de ativos não estratégicos que irão sendo alienados de forma 'flexível'. Tendo em conta que o mercado se encontra 'inundado' pelas diversas carteiras de ativos que todos os bancos estão a vender, e que, na sua maioria, estes ativos estão a ser vendidos com elevado 'desconto', é legítimo perguntar se este *side bank* não se transformará em mais um veículo não estratégico nas mãos do Estado. A estratégia de deixar para o Estado os piores ativos para que os bancos, assim valorizados, possam ser alienados a privados já mostrou dar maus resultados.

Tendo em conta todas as incertezas que marcam este processo, bem como a sua importância estratégica e simbólica para o país, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda entende que é da maior importância ouvir os seus responsáveis. Quer o Ministro das Finanças, quer o Governador do Banco de Portugal têm o dever de manter a Assembleia da República e o país a par de todas as movimentações para vender um dos bancos mais importantes do sistema.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição na Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa do Ministro das Finanças e do Governador do Banco de Portugal.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua